

Caras Amigas e caros Amigos,

Estou aqui hoje em representação do Grupo Parlamentar do PCP. Tenho por isso muita sorte: posso hoje falar com clareza e com firmeza, pois o PCP esteve, está e estará ao lado do sector do táxi contra o processo de liberalização que está em curso.

E o sector sabe-o. Ainda há um mês esteve neste mesmo local o Secretário-Geral do meu partido, Jerónimo de Sousa, num encontro com mais de 350 profissionais do sector reforçando o compromisso de sempre do PCP com o sector do táxi, um compromisso que é inseparável da defesa dos interesses nacionais.

Falemos, pois, com clareza. O Governo do PS apresentou uma proposta de Decreto-Lei inaceitável, uma proposta de legalização da UBER, uma proposta feita à medida da multinacional e que provocará o descalabro no sector do táxi. O que se pede aos diferentes partidos não é que venham aqui com desculpas. É preciso ser claro. Este Decreto-Lei tem que ser travado, e o PCP tudo fará para o travar.

Em primeiro lugar, é preciso exigir ao Governo que não aprove esta iniciativa do Ministro do Ambiente. E o PCP exige-o.

Se o governo acabar por avançar com este Decreto-Lei, é preciso exigir ao Presidente da República que não promulgue o Decreto-Lei.

Se o Presidente da República promulgar o Decreto-Lei, o PCP chamará o Decreto-Lei à Assembleia da República para a devida Apreciação Parlamentar e TODOS os deputados do PCP, sem hesitação, aí votarão pela revogação do Decreto-lei.

Nesta luta não há campo para neutralidades. Ou se está com o sector do táxi e os interesses nacionais ou se está com as multinacionais. O PCP assume uma posição clara, firme e consequente. E dizemos que é possível derrotar este Decreto-Lei de legalização da UBER e de liberalização do transporte de passageiros em veículo ligeiro. É possível se à acção nas instituições se somar a mais vasta luta de massas do sector. Que o dia 10 de Outubro seja uma clara demonstração da força e da unidade deste sector, e que a luta continue até à derrota deste processo que a ir por diante liquidaria milhares de empresas e empregos, e colocaria em mãos alheias uma componente estratégica do sistema de transportes nacional que só pode ser assegurada com a contribuição do táxi regulado e apoiado para cumprir esse fim.

Caras Amigas e caros Amigos,

Uma segunda nota para atitude de submissão que caracteriza a postura dos diferentes Governos com o comportamento ilegal da UBER.

A actividade é ilegal, é reconhecida como ilegal, mas nada se faz para a impedir, e ao fim de dois anos de impunidade muda-se a lei para que passe a ser legal o que hoje é ilegal.

E enquanto o sector do táxi é cravejado de multas e de regulamentos, a multinacional actua impunemente, e até tem direito a leis feitas à medida.

É uma vergonha que não nos cansaremos de denunciar independentemente do governo que a concretiza, seja o do PSD/CDS seja o actual governo minoritário do PS.

É neste quadro que valorizamos a aprovação, ontem na Comissão de Economia da Assembleia da República, sem votos contra e com os votos favoráveis de PCP, PS e BE, de um projecto-lei do PCP que endurece as medidas de combate aos ilegais, nomeadamente à UBER. Esta votação, que contraria a postura irredutível do Governo, é um sinal de esperança de que pode ser possível travar o processo de liberalização do táxi.

Caras amigas e caros amigos

Para terminar, reafirmar que para o PCP não pode ser a UBER, ou qualquer outra multinacional, a ditar as leis. O PCP defende que este tipo de plataformas deve ver a sua actividade regulamentada, mas têm que ser impedidas de promover ou recorrer a serviços ilegais. O transporte de passageiros em automóvel ligeiro deve continuar a ser objecto de licenciamento pelas autarquias, que definem o contingente a licenciar de acordo com a realidade local e deve continuar a estar sujeito a preços tabelados. Doutra forma estaremos perante concorrência desleal por parte das multinacionais que, mais tarde ou mais cedo, terão reflexos nos preços e na degradação do serviço prestado.

E a esse propósito convém recordar que sempre que a opção do poder político foi a da submissão aos interesses dos grupos monopolistas e multinacionais como a UBER, com a liberalização e entrega de sectores à mercê dos seus interesses, foi sempre o País, o tecido económico, as receitas públicas, os trabalhadores e as populações que ficaram prejudicados. Importa sublinhar que enquanto hoje a receita do sector do táxi vai para a economia nacional, se as multinacionais tomassem conta do sector, os seus lucros e dividendos em vez de ficarem no País, seriam drenados para o estrangeiro. Por isso importa ter presente que o sector do táxi luta pela sua sobrevivência, mas luta também pela soberania nacional, pela economia nacional, por um Portugal soberano e desenvolvido.

Muito obrigado pela vossa determinação e luta, podem contar com o PCP.